

Monopólio na distribuição irá tirar a Shell do país *P. 17*

A Shell-Brasil abandonará as atividades de distribuição de petróleo no país e estudará a saída dos setores de mineração (Billiton Metais) e química (Shell Química), caso o plenário da Constituinte mantenha a votação da Comissão de Sistematização nacionalizando a distribuição de derivados. Surpreso com a medida, o presidente da empresa, Robert Anthony Broughton, disse que não pretende simplesmente entregar os ativos da companhia, mas sim vendê-los aos que estiverem interessados.

O presidente da Shell, informando ter recebido pela manhã comunicação de seis empresas multinacionais "preocupadas com a medida", garantiu que se a decisão for mantida não haverá retaliações específicas contra o Brasil a nível internacional. Na avaliação do executivo, *o Brasil ficará com uma imagem negativa no exterior, o que vai significar um "desânimo para qualquer investidor que acredite na iniciativa privada"*.

A Shell é uma empresa anglo-holandesa que está há 74 anos no Brasil, onde já investiu perto de US\$ 1 bilhão nos mais variados setores da economia. Além da distribuição de petróleo, produ-

ção de alumina e alumínio e fabricação e comercialização de defensivos agrícolas e produtos químicos, onde participa com 100% do capital, ela está presente também na distribuição de álcool (Petróleo Abbá), extração de bauxita (Mineração Rio Norte), produção e comercialização de asfalto (Asfaltos Vitória), hotelaria (Flechã).

A nacionalização das atividades das quatro empresas multinacionais (Shell, Esso, Texaco e Atlantic) que participam da distribuição de derivados no Brasil foi uma "decisão muito séria", segundo o raciocínio de Robert Broughton. Ele garantiu que usará todos os meios lícitos para convencer a maioria dos 559 parlamentares constituintes a manter a legislação que regula a distribuição de derivados sem qualquer modificação em relação ao que existe hoje, ressaltando:

— Não estamos questionando a soberania da Assembléia Nacional Constituinte, que tem todo o direito de decidir como pretende organizar o Brasil do futuro. Achamos até que aquela foi uma decisão da Comissão de Sistematização e não da Assembléia Constituinte.

12 NOV 1987

JORNAL DO BRASIL